



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## “Eu avisei”

Desde janeiro, conforme a coluna publicou em primeira mão, um grupo de deputados de centro está convicto de que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, trabalha a “Lava-Jato das emendas”, como forma de forçar os congressistas a desistirem desses recursos. Diante da operação envolvendo o assessor do deputado Afonso Motta (PDT-RS), o grupo agora tem certeza de que a operação lava-jato das emendas já está em curso.

## Sem controle

Naquele período, os deputados estavam convictos de que havia o patrocínio do governo. Neste momento, porém, muitos acreditam que Flávio Dino está em carreira solo. Se sobrar para o governo, o problema é da equipe de Lula.

## Bombeiros na lida

O Conselho de Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares levou ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), duas pautas: o Projeto de Lei (PL) 4.920/24, que fixa a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria de militares; e a proposta que destina mais recursos para o Sistema de Emergências da corporação.

## Onde “pega”

O grande problema da primeira demanda é definir a idade mínima, que, de acordo com os militares, acaba tirando a razoabilidade em ser militar, e não houve um diálogo com a categoria sobre o tema. Da segunda, é ter mais dinheiro para as corporações que sofreram, em 2024, com a quantidade de eventos climáticos que ocorreram no país, como as chuvas severas no Rio Grande do Sul e os grandes incêndios no Centro-Oeste.

## Novos caminhos

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, esteve na Câmara dos Deputados, ontem, e saiu após o fim da reunião de líderes. Coincidentemente, a reunião tratou da possibilidade de incluir na pauta da próxima semana o projeto de lei da deputada Bia Kicis (PL-DF), que prevê *habeas corpus* em decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal (STF). Não houve consenso no colegiado.

# Os Brics tentam “dar um chapéu” em Trump

Ante a ameaça do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de taxar em 100% os produtos oriundos dos Brics, caso os países do bloco levem avante o projeto de moeda própria, diplomatas de várias nações começaram a bolar estratégias para driblar o republicano. O bloco, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul — incorporado pelo ingresso de Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Indonésia e Irã —, vai discutir, sob a presidência do Brasil, a nova Rota da seda, com o uso do Porto de Chancay, no Peru, financiado pela China, como forma de prescindir da passagem do Canal do Panamá.

**E a moeda, hein?!** Primeiro — avisam alguns —, é organizar a logística e, em seguida, ver o que é possível fazer em relação à moeda dos Brics. Por enquanto, a ordem é ver se Trump cumprirá as ameaças de taxação. Em relação ao aço, por exemplo, a aposta de especialistas brasileiros é de que a indústria siderúrgica americana vai reclamar, porque precisa da matéria-prima importada do Brasil. Quanto ao Canal do Panamá, tudo indica que os Brics se preparam para passar a bola por cima da cabeça de Trump. Na relação política, assim como no jogo, quem cria conflitos demais acaba levando um “chapéu”.



## CURTIDAS

**Feliz da vida/** Quem estava na maior alegria ao embarcar com o presidente Lula para o Amapá era o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). A parceria que beneficia o estado é vista quase como um passaporte para a reeleição do parlamentar. Resta saber se continuará assim até 2026.

**Sem mudança/** A equipe do novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não deve se mudar em peso para a sala da presidência na Casa. De acordo com fontes do gabinete, poucas pessoas deverão ir para o espaço, e o restante do pessoal, ficar no seu gabinete atual.

**Mulheres na ONU/** A renomada bailarina contemporânea brasileira Ingrid Silva é uma das convidadas pelo ONU para participar do evento do Dia Internacional da Mulher, em Nova York, em 7 de março. O evento, com o tema Por todas as mulheres e meninas: direitos, igualdade, empoderamento, celebra e renova o compromisso global com os direitos das mulheres e meninas, destacando suas contribuições e conquistas ao longo dos anos.

**Confraternização/** Durante a reunião de líderes, ontem, todos comemoraram com um bolo o aniversário do líder do governo, o deputado José Guimarães (PT-CE).

**Novo ritmo/** Ao que parece, os dias mais movimentados na Câmara dos Deputados serão as terças-feiras e as quartas-feiras. Na primeira quinta-feira após as novas regras do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), só restaram aqueles que estavam sendo visitados por prefeitos, e olhe lá.

## INVESTIGAÇÃO

# PF mira emenda para hospital

Operação apura pagamento de propina por recursos destinados a unidade de saúde do RS. Assessor de deputado federal é alvo

» ISRAEL MEDEIROS  
» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação de busca e apreensão contra um suposto grupo criminoso que cobrava propina por emendas parlamentares enviadas a um hospital no Rio Grande do Sul. Os agentes cumpriram 13 mandados em Brasília e em cinco cidades do Rio Grande do Sul, com a autorização do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram apreendidos R\$ 350 mil e aparelhos celulares que estavam escondidos em um escritório.

Um dos alvos foi Lino Rogério da Silva Furtado, secretário parlamentar do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS). O congressista não foi alvo da operação. Segundo a PF, Furtado atuava com um lobista que cobrava propina de 6% sobre as emendas que saíam do gabinete de Motta para o Hospital Ana Nery, em Santa Cruz do Sul (RS).

O lobista era Cliver Andre Fiegenbaun, dono da empresa CAF Representação e Intermediação de Negócios. Ele também era diretor financeiro e administrativo da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), ligado ao governo estadual. O ministro Flávio Dino mandou bloquear bens dos investigados no valor de R\$ 509 mil.

Com base em provas obtidas do celular de Fiegenbaun, a polícia descobriu que ele emitiu uma série de notas fiscais que variavam de R\$ 100 mil a R\$ 670 mil, relativas aos seus serviços de captação de emendas, posteriormente enviadas ao Hospital Ana Nery. Também encontrou

conversas entre Fiegenbaun e Lino Furtado a respeito do esquema. Ambos foram afastados de seus cargos públicos por ordem de Dino.

O deputado Afonso Motta estava no Rio Grande do Sul quando soube da operação e decidiu retornar a Brasília. Quando chegou, à tarde, conversou com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o caso. O encontro foi a portas fechadas.

Na chegada à Câmara, Hugo Motta havia dito a jornalistas que está acompanhando o caso “para garantir que tudo seja conduzido da forma mais correta possível”. Ele não falou sobre o assunto depois da conversa.

Na saída da reunião, Afonso Motta negou ter conhecimento de qualquer irregularidade. “Eu não apareço como investigado, mas claro que isso não diminui a nossa preocupação com a circunstância, com o nosso trabalho, com a forma de proceder, que sempre tivemos, de fazer os encaminhamentos de emendas com critério, cumprindo as formalidades”, afirmou.

Embora Lino Furtado já esteja afastado, Afonso Motta disse que demitirá o secretário, que ficava com ele no apartamento funcional quando estava em Brasília. Segundo o parlamentar, o funcionário trabalha com ele há 15 anos.

“Estou preocupado e abalado porque é inadmissível uma situação como essa. De certa forma, atinge o meu mandato. Muito mais do que a questão pessoal, é o mandato, que fica limitado. Recebe uma espécie de uma censura, uma crítica, e isso é muito importante para quem está aqui por princípio, por idealismo, que acredita no processo do Parlamento”, frisou.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



O deputado Afonso Motta afirmou que vai demitir o secretário parlamentar com quem disse trabalhar há 15 anos



**Eu não apareço como investigado, mas claro que isso não diminui a nossa preocupação com a circunstância, com o nosso trabalho, com a forma de proceder que sempre tivemos, de fazer os encaminhamentos de emendas com critério, cumprindo as formalidades”**

**Afonso Motta (PDT-RS), deputado federal**

## Impacto político

As evidências de um esquema envolvendo as emendas parlamentares poderão mudar a dinâmica de forças em Brasília. Desde o ano passado, o Legislativo e o Judiciário travam uma guerra

em torno da transparência desses recursos. O STF exige mais transparência, especialmente no processo de destinação e pagamento das verbas.

Os líderes do Congresso, no entanto, querem manter o atual modelo, argumentando que já

existem medidas suficientes para coibir a corrupção. Com uma reunião de conciliação entre o Judiciário e o Legislativo marcada para o fim do mês e uma série de emendas ainda bloqueadas, a operação foi um balde de água fria nos parlamentares.

No caso de Afonso Motta, o fato de não ter sido alvo das operações poderá dar-lhe respiro político. É o que avalia o cientista político Geraldo Tadeu, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Acredito que, no curto prazo, o próprio deputado vai ter o seu nome vinculado, e isso trará um prejuízo político, sem dúvida. Mas não acredito que, em dois anos, nas próximas eleições, isso não vá ser absorvido”, destacou.

**\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

## Voto distrital misto na pauta

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, ontem, que vai criar uma comissão especial para discutir o projeto de lei que altera as regras eleitorais sobre o voto. A instalação do colegiado deve ocorrer após a definição das comissões permanentes, prevista para depois do carnaval.

O projeto 9.212/17, já aprovado no Senado, institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais. O texto foi encaminhado para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Atualmente, as eleições para deputados federais, estaduais e vereadores possuem o modelo de voto proporcional. O eleitor vota em um candidato ou em um partido, e as cadeiras são distribuídas de acordo com a soma dos votos que as legendas ou coligações recebem.

O projeto do voto distrital misto prevê dividir as cidades ou estados em distritos eleitorais e permitir que metade dos candidatos seja escolhida pelo voto majoritário. Assim, venceriam os parlamentares mais votados de cada distrito. A outra metade permaneceria sendo escolhida pelo sistema proporcional de votos.

“Espero poder resolver isso nos próximos dias, e no início de março, fazer a instalação”, afirmou Motta.

O texto foi apresentado em 2017 pelo ex-senador José Serra (PSDB-SP). Aprovado pelo Senado em novembro, está em análise na Câmara dos Deputados desde então.